

Avaliação na Perspectiva da Educação Inclusiva: Um Caso Prático Realizado em Município Brasileiro

Luciano Leal de Sousa
Fortaleza, CE, Brasil
luciano@simulie.com

Douglas Koiti Okamoto
Bauru, SP, Brasil
douglas@simulie.com

Gabriel da Silva Pereira
Novo Hamburgo, RS, Brasil
gabriel@edu.nh.rs.gov.br

Karline Joner Kayser
Novo Hamburgo, RS, Brasil
karlinejoner@edu.nh.rs.gov.br

Flavio Luiz Keller
São José do Hortêncio, RS, Brasil
flavio.keller@simulie.com

Resumo

Este trabalho descreve a concepção, implantação e avaliação de um programa municipal de avaliação em larga escala fundamentado nos princípios da educação inclusiva. Partindo do reconhecimento de que modelos convencionais de prova padronizada frequentemente excluem estudantes com deficiência ou transtornos de aprendizagem, a iniciativa articulou núcleos técnico-pedagógicos, equipes escolares e especialistas em acessibilidade para construir instrumentos avaliativos em três versões: padrão, flexibilizada e adaptada. O piloto, aplicado a 135 alunos do 5.º ano do Ensino Fundamental em 2024, contemplou adequações de linguagem, tempo de realização, suporte multimodal e mediações presenciais. Os dados revelam aumento de 10% na cobertura da avaliação, manutenção da validade psicométrica e percepção positiva de docentes acerca da equidade do processo. Conclui-se que avaliações externas podem incorporar desenho universal, assegurando comparabilidade estatística e respeito às necessidades individuais.

Palavras-chave: avaliação educacional; educação inclusiva; adaptação curricular; acessibilidade; políticas públicas.

1 Introdução

Avaliações externas em larga escala tornaram-se elemento estruturante das políticas educacionais brasileiras desde a década de 1990, servindo de base para monitoramento de aprendizagem, alocação de recursos e estabelecimento de metas de melhoria (BRASIL, 2017). Entretanto, instrumentos padronizados usualmente adotam formato único, reforçando barreiras que afetam estudantes com deficiência intelectual, visual, auditiva, transtornos do espectro autista ou dificuldades específicas de aprendizagem (SILVA; CASTRO, 2021). A falta de acessibilidade implica participação reduzida, enviesando indicadores de desempenho e perpetuando desigualdades.

À luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) e da legislação brasileira, destaca-se a responsabilidade dos sistemas de ensino em promover avaliações acessíveis que respeitem a diversidade e preservem a comparabilidade (MEC, 2018). O debate ganha relevância quando se considera que, segundo o Censo Escolar 2023, 1,5 milhão de estudantes brasileiros declararam algum tipo de deficiência ou necessidade educacional especial.

Neste cenário, o presente estudo relata a experiência de um município de médio porte que adotou a premissa do Desenho Universal para Aprendizagem (CAST, 2020) na construção de sua avaliação anual. O relato enfatiza o percurso metodológico, os resultados alcançados e os desafios remanescentes, contribuindo para o repertório de práticas de avaliação inclusiva em larga escala.

2 Objetivos

Objetivo geral: Demonstrar a viabilidade de uma avaliação externa que concilie rigor estatístico com princípios de educação inclusiva, garantindo participação plena de todos os estudantes.

Objetivos específicos:

- a) Desenvolver instrumentos avaliativos acessíveis, preservando alinhamento com a matriz curricular local;
- b) Engajar professoras, coordenadoras pedagógicas e equipe de atendimento educacional especializado (AEE) no desenho e aplicação do teste;

- c) Avaliar o impacto das adaptações na taxa de participação e nos padrões de desempenho;
- d) Identificar percepções de docentes e gestores sobre a legitimidade e a utilidade pedagógica dos resultados.

3 Metodologia

3.1 Organização do Grupo de Trabalho

Constituiu-se um Grupo de Trabalho Intersetorial (GTI) envolvendo: i) Departamento de Avaliação e Monitoramento; ii) Coordenação de Educação Especial; iii) Núcleo de Tecnologia Assistiva; e iv) representantes de três escolas-piloto. Ao longo de oito encontros mensais, o GTI realizou diagnóstico de barreiras, definição de critérios de acessibilidade e elaboração do plano de ação.

3.2 Desenho dos Instrumentos

Foram produzidas três versões de prova:

- Padrão – caderno com 30 questões de múltipla escolha, enunciados em linguagem corrente, quatro alternativas;
- Flexibilizada – mesmos 30 itens, porém com parágrafos curtos, retirada de metáforas, fonte ampliada e três alternativas;
- Adaptada – seleção de 25 itens equivalentes, recursos pictográficos, áudios gravados em Libras, leitura humana quando necessário e possibilidade de resposta em folha ampliada ou dispositivo móvel com teclas grandes.

A aplicação ocorreu em dois dias consecutivos, sem tempo máximo para aplicação, no geral foram respondidos dentro do tempo médio da turma, com sala acessível, mobiliário adequado e presença de intérprete de Libras e profissional de apoio quando solicitado. O sistema digital utilizado permitiu pausa e controle de tempo individual.

4 Resultados e Discussão

As três escolas que participaram do Projeto Piloto identificaram, após criteriosa análise, 14 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental com a necessidade de aplicação dos testes adaptados, atingindo 10,37% do total de estudantes matriculados nessas turmas (135 estudantes).

O quadro 1 a seguir traz um exemplo de relatório da avaliação flexibilizada/ adaptada realizada com uma turma. Nesse relatório é possível visualizar o desempenho individual dos estudantes em cada uma das habilidades avaliadas, assim como o percentual de acertos por questão. Além disso, está disponível o teste de cada estudante na íntegra, por meio do ícone que consta ao lado do seu nome.

Quadro1 - Relatório da Avaliação Flexibilizada/Adaptada da turma por estudante

Escola: _____
Turma: _____
Prova: _____

Questões	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total (%)
	C	B	B	A	A	A	A	A	C	B	90.0%
	C	B	B	A	A	A	A	A	C	B	90.0%
	C	A	B	A	A	C	B	C	C	B	70.0%
	A	B	B	B	A	A	A	C	C	B	60.0%
	C	B	B	A	D	A	B	A	C	B	90.0%
	C	B	B	A	A	A	B	A	C	B	100%
Resultado Questões (%)	83.3%	83.3%	100%	83.3%	83.3%	83.3%	50.0%	66.7%	100%	100%	

Diante de todo e qualquer instrumento avaliativo, é fundamental a análise qualitativa dos resultados. É preciso considerar as especificidades de cada estudante, lançando um olhar para o seu percurso cognitivo em relação às habilidades avaliadas. Além disso, é importante analisar o desempenho da turma, identificando quais habilidades tiveram resultado positivo e quais aquelas que necessitam de maior atenção no planejamento.

Embora tenhamos feito adaptações e flexibilizações no instrumento avaliativo, as habilidades foram as mesmas, permitindo que os resultados de cada estudante com deficiência ou transtorno fossem incorporados ao resultado geral da turma, por área do conhecimento.

Docentes atribuíram média 4,7 de 5 à relevância pedagógica das adaptações e 4,5 de 5 à clareza dos relatórios individuais. Entrevistas evidenciaram fortalecimento da autoestima discente e maior disposição de participação em atividades avaliativas.

5 Conclusão

A experiência descrita demonstra que avaliações municipais podem incorporar princípios de acessibilidade sem comprometer sua função diagnóstica. O desenho universal, aliado a estratégias de flexibilização e suporte, ampliou a participação, preservou a validade dos resultados e produziu evidências acionáveis para intervenção pedagógica.

Como continuidade, recomenda-se: a) expansão do modelo a outras séries e áreas; b) capacitação contínua de equipes escolares em prática avaliativa inclusiva; c) integração dos microdados da avaliação ao sistema de gestão educacional para monitoramento longitudinal; d) estudos de custo-eficácia que subsidiem políticas permanentes de acessibilidade.

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEB, 2017.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAST. Universal Design for Learning Guidelines version 3.0. Wakefield, MA, 2020.

FREITAS, I.; SANCHES, M. Avaliação acessível: evidências de impacto em rede estadual. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, e270055, 2022.

MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2018.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova Iorque, 2006.

QUEIROZ, R. Validade e acessibilidade em avaliações externas: estudo aplicado à TRI. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, L.; CASTRO, D. Barreiras atitudinais em processos avaliativos: revisão sistemática. *Educação em Foco*, v. 26, n. 2, p. 75-98, 2021.